

# Relatório

III ENCONTRO

PROJETO PLATAFORMA  
IBERO-AMERICANA PARA A  
IMPLEMENTAÇÃO  
DOS ODS  
NAS CIDADES

28 DE **NOVEMBRO** DE **2023**



## Introdução e apresentação da sessão

A agenda da sessão foi a seguinte:

Hora	Min.	Conteúdo
10:05-10:10	5´	Boas-vindas institucionais.
10:10-10:25	15´	Breve resumo do projeto e recapitulação do que foi efetuado até ao momento.
10:25-11:25	60´	Espaço de diálogo e de escuta com os participantes. Sessão de perguntas e respostas.
11:25-11:30	5´	Próximas etapas, calendário das seguintes sessões e formulário de avaliação.

## Desenvolvimento da sessão

Em primeiro lugar, Candela de la Sota, Diretora da REDS-SDSN Spain, deu as boas-vindas aos/às participantes. A seguir, Cristine Zonarotti Prestes Rosa, da equipa da REDS, explicou a agenda e as linhas gerais do encontro.

Jorge Osorio, responsável pelo ambiente na SEGIB, deu também as boas-vindas aos participantes e destacou o mandato atribuído às cidades no contexto multilateral ibero-americano, no quadro do seu papel para a obtenção da Agenda 2030 e dos restantes objetivos de desenvolvimento sustentável e de neutralidade climática.

Após este preâmbulo, a sessão foi organizada em dois blocos:

### **BLOCO 1.**

No primeiro bloco, recapitulou-se o projeto e destacaram-se os pontos centrais da abordagem de missões. Esta abordagem resulta da constatação de que se podem produzir mudanças positivas exponenciais quando o setor público propõe objetivos ambiciosos concretos e se criam incentivos para que os agentes económicos, sociais e do conhecimento se envolvam e colaborem profundamente. Este projeto tem como ponto de partida a Missão de Cidades para a neutralidade climática.

Após esta explicação sobre o ponto de partida do projeto, foi feito um resumo das conclusões retiradas dos dois encontros anteriores.

O **primeiro encontro** foi dedicado à abordagem de missões, onde foi apresentado o caso de Madrid e foram identificadas as expectativas das cidades relativamente ao processo, às oportunidades e aos desafios de trabalhar com uma abordagem de missões. De entre as expectativas abordadas pelos participantes, destacam-se o conhecimento de experiências de outros países e a criação de um espaço de colaboração multissetorial entre entidades, tanto da mesma cidade quanto de outras cidades ibero-americanas. Além disso, as oportunidades identificadas incluem o enriquecimento dos projetos das cidades e redes, ao incorporarem a perspetiva multiagente, a obtenção de legitimidade e um objetivo unificado.

O **segundo encontro** sublinhou o aspeto multiagente da abordagem de missões e os elementos de uma colaboração não só transitória, mas também verdadeiramente transformadora. Neste encontro, apresentaram-se iniciativas da região e expôs-se o caso de São Paulo e de outras cidades nos grupos de trabalho organizados.

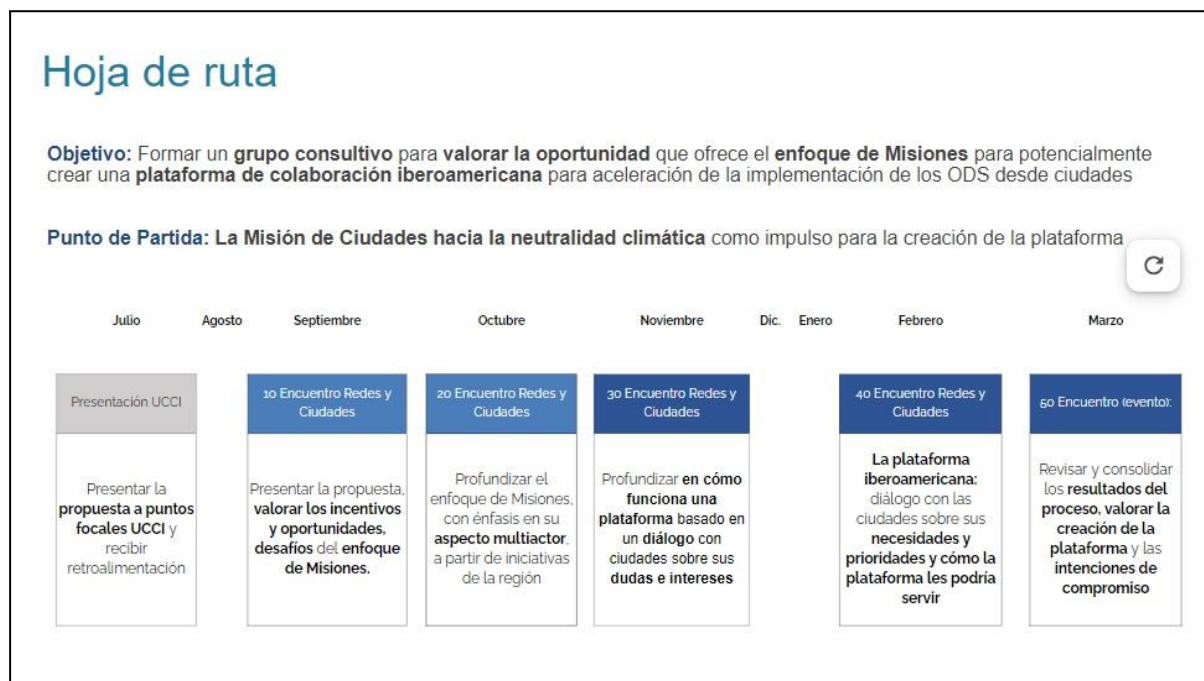
Alguns aspetos recordados neste espaço foram as características das plataformas de colaboração: 1) governação multinível, 2) participação cidadã, 3) grupos interdepartamentais e 4) criação de novas relações entre agentes. Foi também mencionada a importância da interação, cocriação e diálogo. Insistiu-se em que as plataformas de colaboração não são um conceito fechado; a experiência europeia e esta iniciativa não pretendem estabelecer ou definir a plataforma ibero-americana que se deverá construir e que surgirá em resultado deste processo de contraste, validação e cocriação, bem como dos compromissos que as diferentes partes queiram assumir com esta iniciativa.

Julio Lumbreras, professor da UPM e diretor da Plataforma CitiES2030, aproveitou a síntese para destacar que espaços como estes encontros são precisamente os que permitem potenciar as oportunidades de cocriação, pelo que é importante ouvir as cidades.

Carlos Mataix, diretor do itdUPM e membro do conselho de administração da REDS, referiu que, neste domínio, os conceitos discutidos já possuem "uma distância entre a teoria e a prática", pois trata-se de algo que pode ser posto em funcionamento e que envolve assuntos que as administrações públicas vivem diariamente. A intenção destas atividades é precisamente levar à prática o que for proposto e gerar transformações fundamentais tanto para a Agenda 2030 quanto no contexto dos compromissos assumidos e relacionados com a mesma.

A **página web do projeto** está disponível e nela podem ser encontradas informações gerais, bem como os resultados dos encontros realizados: <https://www.segib.org/plataforma-iberoamericana-de-implementacion-de-la-agenda-2030-en-las-ciudades/>

Antes de passar a um diálogo aberto com os participantes, relembrou-se o roteiro já traçado. A seguir, encontra-se o roteiro atualizado e proposto para o projeto:



Os próximos encontros centrar-se-ão em aspetos concretos relacionados com a construção da plataforma: de que forma poderá servir as necessidades e prioridades das cidades e que características deverá ter.

## BLOCO 2.

Neste bloco, houve tempo para o diálogo e a escuta dos participantes, sob a forma de uma sessão de perguntas e respostas.

Esta teve início com um comentário de Patricia Himschoot, da cidade de Buenos Aires, Argentina, que indicou que estas iniciativas (a potencial plataforma com abordagem de Missões) **devem ser enquadradas noutras iniciativas que envolvam outros compromissos já assumidos pelas cidades noutros quadros de intervenção**. Isto para não sobrecarregar as administrações com compromissos sobre estas questões.

Destacou-se que a ideia é precisamente essa, recordando que, enquanto plataforma de colaboração multiagente, tem o potencial de contribuir para esses outros objetivos das cidades face aos desafios sociais e ambientais. Além disso, a ideia de uma plataforma de cidades é ser mais do que uma rede de cidades, pois não só participam as cidades, mas também é uma plataforma onde colaboram com outros agentes. O objetivo é partir dos compromissos existentes e que a plataforma sirva para ajudar a cumprir e a acionar

esses compromissos com uma colaboração profunda entre os municípios e outros intervenientes (setor privado, terceiro setor, universidades).

De igual modo, foi também discutida a **importância de uniformizar e/ou alinhar metodologias para reforçar os processos que visam contribuir para a obtenção destas metas e objetivos, bem como de aprender com o que está a dar melhores resultados**. A eventual plataforma de colaboração deve ser entendida como um instrumento que apoie todos os esforços, como contribuinte para os portfólios / carteiras de projetos / programas que trabalham em torno de objetivos comuns ou interligados.

Relativamente ao conceito de **portfólios de implementação e experimentação**, Julio Lumbreras explicou o que significa e o que implica em contextos de implementação ao nível das cidades. Os projetos devem estar interligados entre si, deve haver uma transversalidade na carteira de projetos (um exemplo em Madrid é o da Floresta Metropolitana). Santiago Saura acrescentou que esta visão da gestão de projetos permite uma maior coesão das intervenções realizadas e uma maior homogeneidade das iniciativas que procuram ter impacto em questões que estão relacionadas.

Carlos Mataix indicou três fontes que estruturam **as carteiras de projetos** (do ponto de vista da gestão):

- O que já existe nas cidades, projetos em execução que não estão interligados.
- Projetos ou intervenções que fazem falta (tendo em conta os compromissos e objetivos adquiridos).
- Experiências ou inspirações de outras cidades que podem ser reproduzidas ou adaptadas a uma determinada cidade (boas práticas que estão na fronteira da inovação).

Desta forma, podem construí-se carteiras com uma profunda capacidade de transformação, e não simples contentores de projetos que não estão bem interligados e que perdem o potencial de transformar as realidades em que procuram intervir. Isto leva a ações mais coerentes e mais bem alinhadas.

Johanna Fernandez, da UCCI, perguntou: "Que **valor e que serviços diferenciadores trará a plataforma de colaboração com abordagem de Missões** às cidades participantes?"

Julio Lumbreras respondeu que é precisamente o processo destes encontros que estão a decorrer e com as necessidades de cada um dos municípios, que se vai construir em conjunto os serviços e o valor acrescentado da futura plataforma. No caso da experiência do [CitiES 2030](#) e que poderá ser utilizada como quadro de partida, salientou que foram estabelecidos **três tipos de serviços**:

- **Espacio de encontro** para partilhar experiências e aprendizagens e para nos inspirarmos mutuamente e criar uma comunidade. Atividades e encontros virtuais (por exemplo, reuniões semanais com as cidades, pequenos-almoços mensais sobre o clima para abordar um tema específico) e presenciais (por exemplo, encontro anual de dois dias para abordar os desafios das câmaras municipais).
- **Capacitação**, especialmente sobre como implementar uma Missão (promover um pensamento diferente, desenvolver os portfólios dos projetos, colaborar dentro dos departamentos municipais, organizar grupos interdepartamentais, trabalhar com outros agentes, desenvolver incentivos para os investimentos necessários, capacitar sobre acesso a investimentos públicos e privados, e outros).
- **Cooperação e trabalho conjunto em torno de um desafio comum**. Um exemplo em Espanha são as cidades de missão e parte do [CitiES2030](https://cities2030.es/), que abordaram em conjunto a reabilitação de um milhão de habitações com o desenvolvimento de metodologias e instrumentos e a alteração da regulamentação nas cidades e a nível nacional, atraindo financiamento privado e concebendo novas formas de incluir a cidadania.

As pessoas interessadas em participar ou em saber mais sobre o citiES, podem encontrar mais informações na sua página web: <https://cities2030.es/>

A ideia que precede pode ser tida em conta, mas no caso da Ibero-América, se a plataforma for implementada, será necessário partir das necessidades das câmaras municipais ou municípios, ver como criar mais impacto e que coisas são complementares; a plataforma não envolve colaborações bilaterais ou multilaterais temporárias, mas uma colaboração permanente, em que os desafios são sempre abordados de forma conjunta e contínua.

Maria Rauch, da SDSN Portugal, trouxe à discussão a questão da **ruralidade e dos bairros rurais das cidades (relações urbanas/rurais)**, tendo destacado a necessidade da coerência das políticas para o cumprimento dos objetivos adquiridos, respeitando as cidades também com os seus arredores, que têm impacto mútuo. Destacou ainda o aspeto positivo do **sistema de peer review nestes processos**, que serve para avaliar e medir o que é feito por todos os que farão parte da plataforma, e que poderá ser um dos serviços desta possível plataforma de colaboração.

Julio Lumbreras disse estar de acordo com este ponto, uma vez que as cidades não se podem isolar do território e da sua envolvente, pois os serviços que se oferecem nas cidades não são 100% urbanos (os transportes, a energia e a água vão para além do urbano). Os “peer reviews” (com críticas construtivas e propostas de melhoria) também são fundamentais, devendo ser pensados a partir de diferentes prismas e incluir os restantes agentes, pois a inteligência coletiva permite obter melhores resultados e soluções verdadeiramente inovadoras. Tudo isto, realizado de forma estratégica e com uma periodicidade que não sobrecarregue, pode ser um



dos serviços prestados pelo espaço de encontro e de boas práticas a desenvolver na possível plataforma.

Nesta linha de pensamento, Carlos Mataix colocou em cima da mesa o exemplo da [apresentação dos compromissos climáticos de Madrid](#), que teve lugar no dia 14 de novembro de 2023, onde foi demonstrada a constelação de agentes que trabalham nos objetivos da cidade e foram reconhecidas as políticas públicas, bem como o trabalho dos técnicos municipais. Salientou que tal também demonstra a importância e a vontade que existe de colaborar com agentes diferentes do município, quebrando os silos que são normalmente criados entre os setores que trabalham nestas questões (alinhando a administração com a sociedade civil, a banca, o setor privado, as ONG e até indivíduos). Destacou que o que se viu neste evento foi uma encenação clara do que a missão procura: um dispositivo para a inovação transformadora das políticas públicas, que pode tornar realidade uma mudança em grande escala.

Patricia Himschoot, da cidade de Buenos Aires, interveio novamente e falou da possibilidade de **processos financeiros conjuntos como potencial forma de aumentar o âmbito dos projetos a realizar**. Concordou-se com esta ideia, e até se sublinhou que tal pode melhorar a transparência, o desempenho e a direção estratégica destes processos (por exemplo, contratos públicos inovadores e investimento nas cidades). Também se notou que isto pode superar as diferenças políticas que os municípios possam ter, uma vez que implementarão projetos com objetivos mais técnicos, que transcendem as agendas políticas individuais e ajudam a obter mais financiamento (ganhando em transversalidade política).

Romeo Ramlakhan, de Santo Domingo, República Dominicana, referiu que no seu país existe uma Comissão Presidencial (Governo Central) que tem a responsabilidade de acompanhar os ODS ([www.ods.gob.do](http://www.ods.gob.do)), tendo perguntado: **Como é que a plataforma se ligará aos mecanismos existentes, que não fazem necessariamente parte da estrutura das cidades**, como no caso de Santo Domingo?

Referiu-se que estes são, de facto, pontos em que a plataforma poderá mostrar vantagens/pontos fortes, uma vez que não só se trata de contribuições exclusivas das cidades, mas também de contribuir e de se alinhar com os objetivos nacionais. Nas cidades (em Espanha e nas cidades de missão), por exemplo, são criados grupos interdepartamentais para estarem alinhados e gerarem as mudanças necessárias nas cidades, mas também a nível nacional, trabalha-se através de uma governação multinível, já que muitas das mudanças legislativas emergem do nível nacional e também é necessário trabalhar a esse nível.

Posteriormente, Carolina Linares Borgo, do município de Lima, no Peru, mencionou os desafios da cidade no seu atual processo de transformação da organização territorial e da utilização do solo. No contexto dos aspetos regulamentares envolvidos, Carolina indicou que a plataforma poderá criar espaços para a **troca de**

**experiências entre as cidades que já passaram por processos semelhantes** (por exemplo, Buenos Aires e Santiago do Chile). Por conseguinte, perguntou se essas questões, que são de natureza bastante técnica e regulamentar, incluindo a utilização de tecnologias específicas, também poderão ser abordadas nesta plataforma de colaboração.

Em resposta a Carolina Linares, referiu-se que as tecnologias (e o intercâmbio da sua implementação e utilização) são bastante viáveis nesta plataforma. No caso europeu e da sua regulamentação, os intercâmbios sobre os quadros regulamentares são feitos a nível europeu, graças à facilidade que o espaço europeu (UE) proporciona nestes domínios (sandboxes regulamentares colaborativas entre cidades). Para esta possível plataforma, será necessário refletir sobre como encaixar nas diferenças regulamentares a capacidade de obter aprendizagens ou adaptações conjuntas na Ibero-América.

Valeria Hurtado, do CIDEU, que também é uma rede de cidades, perguntou que **mecanismos de conversação poderão ser incluídos na plataforma** (espaços menos rígidos) e se as cidades não capitais do espaço ibero-americano poderão aderir. E, por outro lado, se a plataforma com abordagem de Missões proposta também poderá **conter um repositório de outras plataformas existentes** (poderia ser um repositório, um aglomerador de outras plataformas e redes que trabalham com cidades).

Em resposta, foi-lhe dito que a conceção da plataforma serve precisamente para apoiar o diálogo constante e a plausibilidade de acrescentar mais agentes, incluindo outras cidades que estejam alinhadas com os seus objetivos. No que respeita a se pode ser uma plataforma que aglutina, foi-lhe referido que é precisamente nisso que todas e todos os presentes devem acordar e trabalhar; o que uma Missão procura é justamente ser um íman (onde há muitos metais que seriam redes e agentes) e o que uma Missão faz é mover os ímanes na mesma direção. A Missão deverá ser integradora e aglutinadora, congregando esforços e trabalhando as redes em conjunto; o que precede é difícil de conseguir, mas é o que deve ser efetuado.

Jimena Risso, de Montevideo, Uruguai, perguntou sobre a **concretização do sistema de funcionamento da plataforma** (mecanismo ou metodologia de ação da plataforma).

Em termos da ação da plataforma, esta terá de dispor de certos recursos e de certas capacidades que não são menores, sendo esse o trabalho que tem de ser feito. Na experiência de Espanha, foram dimensionados em grande medida os recursos e as capacidades necessárias para uma plataforma de colaboração (não pode funcionar no vazio).

Para a criação da plataforma de colaboração, é necessário que haja uma base, ações e reflexões, tais como:

- Começar a trabalhar quando se vir que tudo isto tem sentido (ter atividades de tração e um núcleo de cidades que já possam começar a trabalhar).



- Por detrás de tudo isto, de criar uma plataforma deste género, a colaboração tem um conflito que é inevitável e que acontece. Há alturas em que é necessário tomar decisões e nem todos estarão de acordo, ou haverá interesses que não sejam semelhantes. Mas a experiência mostra que, com uma plataforma que tenha a capacidade de facilitar e mediar, podemos chegar longe e encontrar prioridades comuns que permitam a qualquer cidade encontrar nela algo que lhe seja útil.
- Desde o início do projeto, foi discutida a importância das cidades intermédias e pequenas e o valor de incorporar cidades de diferentes dimensões.
- É necessário procurar líderes dentro da possível plataforma e ter uma liderança concedida por todas as cidades porque se está a avançar mais depressa.
- É necessário que haja legitimidade por parte da SEGIB e das próprias cidades para impulsionar a plataforma de colaboração de forma real e começar a trabalhar.

Javier Pérez, de Santiago do Chile, sugeriu que seria um grande contributo para o desenvolvimento local **ter ou co-construir um roteiro para saber "em que ponto estamos" e "o que devemos ter para continuar a avançar"**.

No final do encontro, insistiu-se em que este projeto não pretende vender um modelo europeu para este tipo de espaços. É preciso que cada região assuma os seus próprios ritmos, a partir dos quais se deverão gerar aprendizagens coletivas. Além disso, é importante trabalhar gradualmente no sentido de um modelo global de ação sobre estas questões. A Europa também precisa de aprender muito com o que está a acontecer na América Latina, pelo que se trata de um processo de aprendizagem nos dois sentidos.

## Próximas etapas

O formulário de avaliação da iniciativa foi mostrado aos participantes e, após o evento, pôde ser preenchido através dos seguintes links:

- Formulário de avaliação e sugestões (espanhol):  
<https://forms.gle/SkSB9X4Ae9aYzUzs5>
- Formulário de avaliação e sugestões (português):  
<https://forms.gle/KezJi31DE63upt3i6>

Uma vez mais, foram discutidos os próximos encontros para 2024, bem como as atividades para definir ações mais concretas (que podem ser consultadas na página 3 do presente relatório, no roteiro atrás mencionado).

Finalmente, a página web oficial do projeto já está disponível:  
<https://www.segib.org/plataforma-iberoamericana-de-implementacion-de-la-agenda-2030-en-las-ciudades/>